



## Plenário pode votar aumento de pena para roubo com explosivo

Pauta também inclui permissão de cultivo de cana-de-açúcar na Amazônia e gratuidade em concurso para inscritos em programas sociais



Waldemir Barreto/Agência Senado — 20/3/2018

Plenário do Senado: projeto que aumenta pena para quem usa explosivos em roubos ou furtos integra pauta da segurança pública, prioridade da Casa em 2018

O Plenário do Senado pode avançar, nesta semana, na pauta da segurança pública, tema considerado prioritário para 2018. Para hoje, está prevista a votação do projeto que aumenta as penas para furto ou roubo com uso de explosivos e que aplica a penalidade máxima, caso o roubo resulte em lesão corporal grave. Também estão na pauta de votação a proposta que permite o cultivo de cana-de-açúcar em áreas degradadas da Amazônia Legal e a que isenta candidatos inscritos em programas sociais do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos federais. **3**

**Privatização da Eletrobras será tema de audiência pública hoje **3****

**Comissão sobre desenvolvimento urbano apresentará cronograma **3****

**MP sobre fundos regionais de financiamento fará reunião **3****

### Especialistas pedem mais verba para ciência e tecnologia no país

Dando sequência ao ciclo “2022 — o Brasil que queremos”, a Comissão Senado do Futuro discutiu ontem as perspectivas do setor de ci-

ência e tecnologia. Cientistas lamentaram o limite de gastos imposto pela Emenda 95 e defenderam o fim do contingenciamento de verbas. **2**



Presidente do colegiado, Hélio José (3º à esq.) comanda audiência pública

Roque de Sá/Agência Senado



Renan Ojazi/CMR

A vereadora Marielle Franco era conhecida pela luta em defesa das minorias

### Marielle Franco pode dar nome a prêmio de direitos humanos

O Senado analisa a criação de um prêmio que homenageia a vereadora Marielle Franco, assassinada neste mês no Rio. Um projeto de

Randolfe Rodrigues instituiu o Diploma de Direitos Humanos Marielle Franco, a ser concedido a pessoas com contribuição relevante na área. **2**

### Publicada a prorrogação de prazo de nove medidas provisórias

O Diário Oficial da União de ontem publicou os atos do Executivo que prorrogaram, por mais 60 dias, o prazo de

nove medidas provisórias, entre elas a que autoriza a privatização da Eletrobras e de suas subsidiárias. **3**



Agência Petrobras

Prazo da MP que muda regras de venda do petróleo do pré-sal foi prorrogado



### Lei do Femicídio faz 3 anos com o desafio de conter o crime no Brasil

Nos três anos de vigência da Lei do Femicídio, especialistas advertem que é preciso mudar a “cultura do agressor” para reduzir o assassinato de mulheres. **4**



Elzo Frazz/ABR

Policia de Brasília entrega cartilha com orientação sobre violência doméstica

Roteiro de S/A/Agência Senado



Hélio José (3º à esq.) com Ildeu Moreira, Isaac Roitman, Sérgio Mascarenhas, Ennio Candotti e Mario Borges

## Debate: corte de verba para ciência leva país ao atraso

Em audiência pública da Comissão Senado do Futuro, cientistas lamentaram os efeitos da restrição orçamentária para pesquisas e afirmaram que falta de recursos no setor levará o Brasil à decadência

A RESTRIÇÃO DE recursos para ciência e tecnologia está levando o Brasil à decadência, disseram participantes de audiência pública da Comissão Senado do Futuro, ontem. O debate sobre as perspectivas da ciência no país integra o ciclo “2022: o Brasil que queremos”, promovido pelo colegiado.

Os convidados lamentaram os efeitos dos cortes na área.

— Chegamos a mandar 3 mil estudantes somente para a China. E fechamos o Ciência sem Fronteiras por inteiro apenas porque tinha alguns defeitos — criticou o professor da Universidade de São Paulo (USP) Sérgio Mascarenhas, dizendo que povos sem ciência “estão condenados a ser simples fornecedores de matérias-primas e mão de obra barata aos países desenvolvidos”.

O presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da

Ciência (SBPC), Ildeu Moreira, lembrou que o Brasil chegou a formar 20 mil doutores e 58 mil mestres em 2016. No entanto, lamentou, o setor está vivendo momentos difíceis com a contenção de recursos para os institutos e centros de pesquisa.

Moreira disse que congelamento por 20 anos dos gastos na área, com a Emenda Constitucional 95, “é um desastre para o país”. Ele comparou a situação brasileira com a chinesa.

— Enquanto a China criou um superministério da Ciência e Tecnologia, fundimos o nosso com o das Comunicações.

O diretor do Museu da Amazônia, Ennio Candotti, destacou a necessidade de realização de estudos sobre a fauna e a flora da região, que têm grandes potenciais para a medicina.

— Se perdermos a batalha da Amazônia, perderemos nosso futuro.

O presidente Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Mario Borges Neto, sustentou que, apesar dos cortes do Ministério da Fazenda, os programas estão andando. Ele defendeu o não contingenciamento das verbas do Programa Nacional de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia.

O presidente da comissão, Hélio José (Pros-DF), lembrou que diversos cientistas brasileiros estão saindo do país por conta dos cortes de verbas para pesquisas. O senador mencionou que há uma grande pressão dos banqueiros para que as verbas do Orçamento sejam direcionadas ao mercado financeiro. Ele disse ainda que é necessário “trabalhar fortemente” na Comissão Mista de Orçamento (CMO) para que o dinheiro público seja destinado à ciência e à tecnologia.

## Prorrogada a vigência de nove medidas provisórias

Foi prorrogada por mais 60 dias a vigência de nove medidas provisórias (veja quadro ao lado). Os atos que estenderam o prazo das MPs foram publicados no *Diário Oficial da União* de ontem.

Durante sua vigência, toda medida provisória tem poder de lei. O texto deve ser aprovado por uma comissão mista e depois pelos Plenários da Câmara e do Senado. Caso a MP não seja votada em 60 dias, ela é prorrogada uma única vez por igual período.

- ▶ **MP 811/2017:** permite à Pré-Sal Petróleo S/A (PPSA) comercializar diretamente o petróleo extraído do pré-sal que fica com a União.
- ▶ **MP 812/2017:** moderniza o cálculo dos encargos financeiros não rurais dos Fundos Constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.
- ▶ **MP 813/2017:** reduz para 60 anos a idade mínima para saque do fundo PIS/Pasep.
- ▶ **MP 814/2017:** autoriza a privatização da Eletrobras e de suas subsidiárias.
- ▶ **MP 815/2017:** autoriza o repasse de apoio financeiro aos municípios no valor de R\$ 2 bilhões.
- ▶ **MP 816/2017:** cria cargos para os Conselhos de Supervisão dos Regimes de Recuperação Fiscal dos estados e do DF, vinculados ao Ministério da Fazenda.
- ▶ **MP 817/2018:** trata da transposição dos servidores dos ex-territórios de Rondônia, Roraima e Amapá.
- ▶ **MP 818/2018:** amplia de três para cinco anos o prazo para a criação de planos de desenvolvimento urbano integrado (PDUIs) por regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do país.
- ▶ **MP 819/2018:** autoriza a União a doar ao Estado da Palestina até R\$ 792 mil para a restauração da Basílica da Natividade, na cidade de Belém.

## Senado pode criar prêmio em homenagem a Marielle Franco

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) analisa um projeto de resolução que institui o Diploma de Direitos Humanos Marielle Franco. O diploma será concedido pelo Senado a pessoas com contribuição relevante à defesa dos direitos humanos no Brasil.

Apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o PRS 7/2018 tem como relatora a senadora Ângela Portela (PDT-RR).

O projeto estabelece que a premiação ocorrerá anualmente e será entregue em sessão do Senado preferencialmente em 10 de dezembro, Dia Internacional de Direitos Humanos.

Todos os anos serão agraciadas três pessoas (no mínimo, uma mulher e um negro

ou pardo, além de uma pessoa jurídica) que se notabilizem por iniciativas ligadas à promoção dos direitos humanos.

Os concorrentes ao diploma poderão ser indicados por qualquer senador ou por um conjunto de no mínimo 20 mil cidadãos apoiadores. A indicação deverá conter currículo do indicado e justificativa. Será criado o Conselho do Diploma Marielle Franco para analisar as indicações.

Na justificativa do projeto, Randolfe diz que a covarde execução da vereadora do Rio de Janeiro reacendeu no país o debate sobre a importância dos direitos humanos. Ele ressalta que Marielle “representa o que de melhor um Parlamento pode significar num país verdadeiramente democrático”.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

- ▶ **CI Verba para transportes**  
9h Entre 15 itens, o PLS 11/2013, que amplia investimentos em infraestrutura de transporte.
- ▶ **CAE Eliseu Padilha**  
10h Audiência interativa com o ministro-chefe da Casa Civil. Depois, 5 itens.
- ▶ **CMA Energia elétrica renovável**  
10h30 Audiência interativa sobre expansão da energia elétrica renovável.
- ▶ **CRA Assentamentos em terra indígena**  
11h Audiência pública interativa sobre assentamentos do Incra em terras indígenas.
- ▶ **CE Ciganos**  
11h30 O PLS 248/2015, que cria o Estatuto do Cigano, é um dos 14 itens.
- ▶ **CMO Reuniões**  
13h25 Reunião do Colegiado de Líderes. Às 14h30, reunião ordinária.
- ▶ **PLENÁRIO Sessão deliberativa**  
14h Na pauta, substitutivo ao PLS 149/2015, sobre os crimes de furto qualificado e de roubo com explosivos.
- ▶ **CCT Garantia para jogos eletrônicos**  
14h30 O PLC 174/2017, que determina garantia de um ano para programas de computador e jogos eletrônicos, é um dos 27 itens.
- ▶ **MP 814/2017 Venda da Eletrobras**  
14h30 Audiência interativa com representantes da estatal e do Ministério de Minas e Energia e o ex-ministro da pasta Nelson Hubner.
- ▶ **MP 818/2018 Desenvolvimento urbano**  
14h30 Análise do plano de trabalho.
- ▶ **MP 819/2018 Basílica na Palestina**  
14h30 Análise do relatório.
- ▶ **MP 812/2017 Fundos constitucionais**  
15h15 Análise do plano de trabalho.

**SESSÃO ON-LINE**

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:  <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:  <http://bit.ly/comissoesOnline>

**AUDIÊNCIAS INTERATIVAS**

 **Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado:** 0800 612211

• **Acompanhe:** Portal e Cidadania: [senado.leg.br/cidadania](http://senado.leg.br/cidadania)

• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV:** [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

### MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burler  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Plenário avalia pena para roubo com explosivos

Também podem ser votadas permissão de cultivo de cana-de-açúcar em áreas degradadas da Amazônia Legal e gratuidade em concursos para inscritos em programas sociais

A SEGURANÇA PÚBLICA, tema prioritário para 2018, volta a ser destaque na pauta do Plenário esta semana. Os senadores podem votar hoje projeto que aumenta as penas para furto ou roubo com uso de explosivos e aplica a pena máxima para o caso de o roubo resultar em lesão corporal grave. O texto está em regime de urgência e é o primeiro item da pauta.

O projeto (PLS 149/2015), do senador Otto Alencar (PSD-BA), foi alterado pela Câmara dos Deputados e, por isso, voltará a ser analisado pelos senadores na forma de um substitutivo (SCD 1/2018). O relator na Câmara, deputado Alberto Fraga (DEM-DF), incorporou ao texto o teor de outro projeto, que prevê a inutilização de cédulas de caixa eletrônico se houver arrombamento.

No caso do furto, cuja pena geral é de reclusão de 1 a 4 anos, o emprego de explosivos

ou o seu furto passará a ser punido com 4 a 10 anos. O aumento vale ainda para o furto de acessórios que, conjunta ou isoladamente, permitam a fabricação, montagem ou emprego de explosivos.

O roubo de explosivos ou de acessórios passará a ser punido com aumento de um terço à metade da pena geral de reclusão de 4 a 10 anos. Para roubo com arma de fogo ou uso de explosivos, o agravante será de dois terços da pena. Já a pena máxima relacionada ao agravante de a violência resultar em lesão corporal grave passa de 15 para 18 anos de reclusão. A pena mínima continua sendo de 7 anos.

## Cana-de-açúcar

Também pode ser votado pelo Plenário o PLS 626/2011, que permite o cultivo de cana-de-açúcar em áreas degradadas da Amazônia Legal. O texto chegou a ser colocado em votação na semana passada,

mas não houve quórum para deliberar, devido à obstrução de partidos da oposição.

O projeto causou polêmica no Plenário. Enquanto os senadores favoráveis desta-

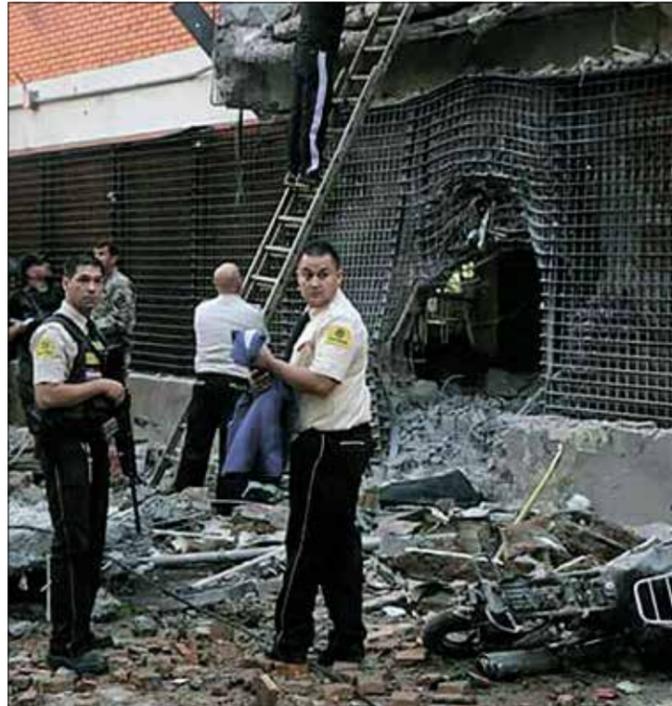
cavam o potencial econômico da proposta, os contrários apontavam riscos ambientais e pediam um debate mais profundo. Autor do texto, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

defendeu o plantio de cana na Amazônia, argumentando que o projeto “não derruba uma árvore”, pois trata de áreas já alteradas pela ação do homem.

Outro projeto na pauta isenta alguns candidatos do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos federais. O substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD 22/2015) ao PLS 295/2007, da ex-senadora Serys Slhessarenko, beneficia candidatos vinculados a famílias inscritas no cadastro único para programas sociais, cuja renda familiar per capita seja menor ou igual a meio salário mínimo nacional (R\$ 440); e doadores de medula óssea em entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde.

Pode ser votado ainda o PLS 181/2017 — Complementar, de Romero Jucá (PMDB-RR), que estabelece a competência da Justiça Eleitoral para julgar ações que tratem de disputa intrapartidária.

Com Agência Câmara



Explosivos são usados geralmente em roubos de caixa eletrônico de bancos

## Privatização da Eletrobras é tema de debate hoje

Está marcada para hoje a terceira reunião da comissão mista encarregada de examinar a medida provisória que trata dos serviços de energia elétrica e permite a privatização da Eletrobras.

A MP 814/2017 será debatida por especialistas em uma audiência pública interativa, às 14h30. Foram convidados

representantes do Ministério de Minas e Energia, da Eletrobras e do Coletivo Nacional dos Eletricitários, o ex-ministro de Minas e Energia Nelson Hubner e o professor da UFRJ e ex-presidente da Eletrobras Luiz Pinguelli Rosa.

A MP foi publicada em 29 de dezembro e teve sua comissão mista instalada no

dia 6 de março. Cerca de 158 emendas foram apresentadas pelos deputados e senadores que integram a comissão.

O relator é o deputado Julio Lopes (PP-RJ) e o presidente da comissão é o senador Eduardo Braga (PMDB-AM).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

## Planejamento urbano terá cronograma de atividade

A comissão mista da medida provisória que amplia de três para cinco anos o prazo para a criação de planos de desenvolvimento urbano integrado por regiões metropolitanas e aglomerações urbanas fará sua segunda reunião hoje, quando o relator, deputado Fausto Pinato (PP-SP), vai apresentar

seu plano de trabalho.

Os planos de desenvolvimento urbano integrado estão previstos no Estatuto da Metrópole (Lei 13.089/2015) e devem conter uma visão conjunta e integrada de municípios inseridos em uma mesma dinâmica urbana e socioeconômica.

A MP 818/2018 também muda a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587/2012) para ampliar para 2019 o prazo de elaboração dos planos de mobilidade urbana municipais.

O texto da medida provisória já recebeu 39 emendas de deputados e senadores.

## Fundos de financiamento: grupo apresentará plano de trabalho

A comissão mista que analisa a medida provisória sobre a regulamentação dos fundos de financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste reúne-se hoje para a apresentação do plano de trabalho.

A MP 812/2017 altera o cálculo dos encargos financeiros (juros) não rurais, à exceção do financiamento estudantil, dos fundos constitucionais das três regiões. O objetivo é estabelecer um critério objetivo para o cálculo, levando em consideração as desigualdades regionais, segundo explicou o Banco Central em nota sobre a proposta.

Os encargos serão baseados no cálculo da Taxa de

Longo Prazo (TLP), ou seja, serão compostos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e por taxa de juros real prefixada, mensalmente. Serão consideradas as diferenças regionais por meio do Coeficiente de Desenvolvimento Regional (CDR), de fatores de ponderação por tipo de operação e de um benefício de adimplência.

O texto determina também que as taxas de administração dos bancos responsáveis pelos fundos serão reduzidas gradativamente de 3% ao ano em 2018 até 1,5% ao ano em 2023.

As regras começaram a valer para operações contratadas a partir de 1º de janeiro.

## Reguffe quer fortalecer Operação Lava Jato

Reguffe (sem partido-DF) destacou ontem a necessidade de fortalecimento da Operação Lava Jato para o Brasil. Antes dessa ação da Polícia Federal, só os mais pobres iam para a cadeia, segundo o senador.

Ele afirmou que a corrupção existe em todos os lugares, mas a impunidade não pode existir.

— Às vezes parece que tem um grande acordão, e talvez até haja, alguns tentam fazer isso pra tentar constranger essa importante operação para a sociedade brasileira — ponderou o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Ana Amélia nega incitação de violência em convenção

Ana Amélia (PP-RS) disse ontem que jamais quis incitar a violência quando, ao se referir à caravana do ex-presidente Lula no Rio Grande do Sul, em discurso na convenção regional do PP gaúcho, disse “atirar ovo, levantar o relho, levantar o rebenque para mostrar onde está o Rio Grande, onde estão os gaúchos”.

A senadora afirmou que os que usam o fato para atacá-la são os mesmos que praticam atos de violência.

— Tentar transformar isso numa situação diferente do que significou é usar de má-fé para tentar me atingir.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Telmário: Roraima piorou depois que virou estado

Telmário Mota (PTB-RR) criticou ontem a chamada “economia do contracheque” adotada por Roraima, devido ao papel da administração pública no PIB. Segundo ele, quando Roraima era um território, a economia era baseada no setor primário e não havia mendigos nem pessoas vivendo em extrema pobreza.

— O homem do campo sabe que quando o homem do campo roça, a cidade almoça, quando o homem do campo planta, a cidade janta, quando o homem do campo colhe, a cidade não encolhe.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## João Capiberibe critica governo do Amapá

João Capiberibe (PSB-AP) criticou ontem o governo do Amapá por parcelar os salários do funcionalismo e reduzir o número de famílias que recebem uma renda mínima para manter os filhos na escola. Ele disse que, enquanto isso, o salário do governador teve aumento de 26,3%.

O senador destacou que está pronto para ser votado na Câmara um projeto dele (PLS 325/2017) que estabelece a gestão compartilhada do gasto público.

— É a possibilidade que as pessoas têm de acompanhar a execução orçamentária por grupos de WhatsApp.



Waldemir Barreto/Agência Senado

# Três anos depois de aprovada, Lei do Femicídio tem avanços e desafios

Mesmo com a punição maior, crimes por gênero aumentaram. Segundo a OMS, Brasil é o quinto país no mundo que mais mata mulheres

Guilherme Oliveira e Nelson Oliveira

QUANDO APROVOU A Lei do Femicídio, sancionada em março de 2015, o Congresso deu um passo importante para resguardar a mulher da brutalidade do seu agressor. O femicídio qualifica o assassinato quando a mulher é morta por questões de gênero. Mas os números desse crime mostram que não basta punir. É preciso também aumentar a rede de proteção à mulher e mudar a “cultura do agressor”.

Segundo o 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em outubro pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o país registrou 449 casos de femicídio em 2015. Em 2016, as ocorrências passaram a 621. Especialistas afirmam que o aumento, de 38,3%, pode ser explicado tanto por um recrudescimento da violência quanto por um cuidado maior com as notificações. De acordo

com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a taxa de feminicídios no Brasil — de 4,8 para 100 mil mulheres — é a quinta maior do mundo.

Fruto dos trabalhos da CPI Mista da Violência contra a Mulher, que funcionou em 2012, a Lei do Femicídio (Lei 13.104, de 2015) não introduziu um “crime novo” no Código Penal. A rigor, o femicídio é um agravante do crime de homicídio, uma circunstância específica que transforma o ato em homicídio qualificado. A pena para o crime vai de 12 a 30 anos de reclusão. Mas pode ser elevada em até 50% caso o crime seja praticado na presença de filhos, pais ou avós da vítima, durante a gestação ou nos três meses imediatamente pós-parto e ainda contra vítima menor de 14 anos, maior de 60 anos ou com deficiência.

O Observatório da Mulher contra a Violência e o Instituto DataSenado, ambos vincu-

lados à Secretaria de Transparência da Casa, realizam pesquisas com mulheres de todo o país para elaborar uma série histórica da violência de gênero. Em 2017, a pergunta “Você já sofreu algum tipo de violência doméstica ou familiar provocada por um homem?” foi respondida positivamente por 29% das entrevistadas — índice consideravelmente maior do que nos 12 anos anteriores, em que a taxa oscilou entre 15% e 19%.

## Combate

Para o coordenador do observatório, Henrique Marques Ribeiro, entender o porquê da variação é crucial para avaliar se o caminho que o Brasil percorre atualmente no combate ao problema é correto ou não.

— A política pública está falhando porque está aumentando a violência ou está tendo sucesso porque está identificando de forma mais

clara o que é violência?

Seja como for, no Brasil, menos de 10% dos municípios contam com delegacias especializadas de atendimento à mulher. O coordenador do Núcleo de Direitos Humanos do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Thiago Pierobom, chama a atenção para outra constatação que considera significativa para a análise das redes de atendimento: segundo ele, um número expressivo de vítimas ainda tem receio de procurar ajuda institucional.

— Muitas mulheres não denunciam a violência com medo de que o agressor sofra algo que elas representam como sendo excessivo. A reprimenda que o sistema oferece tem que levar em consideração a expectativa das mulheres. Senão elas não vão denunciar — pondera o promotor.

Segundo Pierobom, as mulheres que se encaixam nessa



Luiz Silveira/Agência Oly

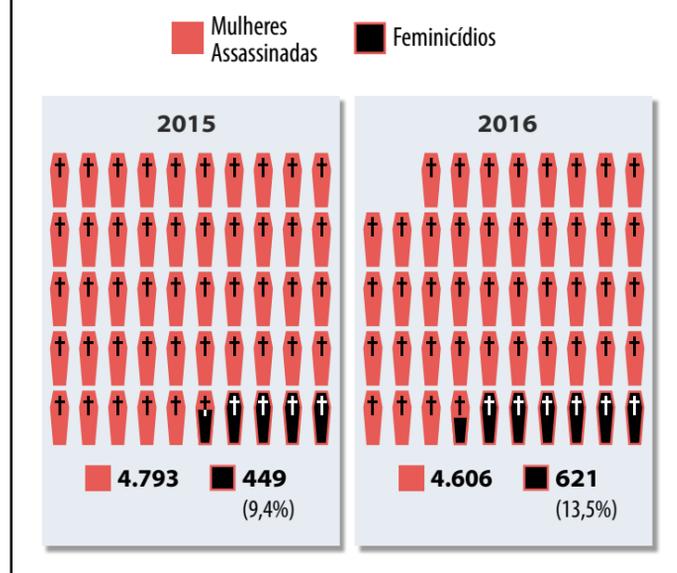
Presídio masculino: número de crimes contra a mulher aumentou

descrição têm medo de ficar desamparadas caso o companheiro seja preso ou sofra alguma sanção que o leve a perder a fonte de renda.

Em vários casos, a mulher “quer apenas que as agressões cessem”, afirma o psicólogo do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios Fabrício Guimarães.

## A escalada do crime no Brasil

Entre 2015 e 2016, os casos de feminicídio no país aumentaram 38,3%, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

## Projeto aprovado no Senado prevê agravamento de pena

O tempo da pena aplicável ao feminicídio poderá ser aumentado se o crime for praticado contra pessoa portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental. O crime receberá igual tratamento se for cometido na presença física ou virtual de descendente ou ascendente da vítima. É o que prevê um projeto aprovado neste mês pelo Plenário do Senado e que retornou à Câmara.

De acordo com a senadora Simone Tebet (PMDB-MS),

o texto (PLC 8/2016) atualiza as situações agravantes previstas na lei. A pena já é aumentada, por exemplo, se o assassinato for cometido na frente de um filho da vítima. A proposta inclui o agravante caso o homicídio seja praticado diante de uma câmera e divulgado pela internet. E assim como já está previsto o agravante de matar uma mulher com deficiência, torna-se mais grave cometer o crime contra alguém com mobilidade reduzida por ter doença incapacitante.

— O projeto não aumenta

penas, só as estende em casos já previstos, atualizando o Código Penal para situações mais modernas, seja na parte de informática, da internet, seja nas novas doenças — explica Simone.

Para justificar o projeto, o relator, Eduardo Lopes (PRB-RJ), cita dados do Instituto Avante Brasil, segundo os quais uma mulher morre a cada hora no Brasil. Quase metade dos homicídios são dolosos e praticados em situação de violência doméstica ou familiar, com uso de armas de fogo.

## Para especialista, é preciso conscientizar agressor sobre o crime

Responsabilizar o agressor é apenas um dos lados do enfrentamento da violência contra a mulher, segundo a secretária nacional de Políticas para Mulheres, Fátima Pelaes. Para ela, é preciso

também fazer com que ele tenha o entendimento do ato que cometeu.

— Quando sai, depois de cumprir a pena, ele arranja outra companheira e volta a cometer o mesmo crime.

Presidente da CPI Mista da Violência contra a Mulher, a deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) também avalia que há atenção insuficiente a medidas que poderiam prevenir o crime.

— Temos enorme dificuldade em construir uma cultura de prevenção.

Segundo a procuradora especial da Mulher no Senado,

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o primeiro contato que a mulher tem com a estrutura que a recebe depois de uma experiência traumática pode ser decisivo para que ela adquira confiança e volte a buscar apoio, para que sua situação seja monitorada. Nesse sentido, a Lei Maria da Penha é a principal referência.

— A Lei Maria da Penha trabalha toda a cadeia da violência, do princípio ao fim. Isso significa prevenir, trabalhando a educação, e prever a assistência à pessoa agredida, à família, a todos os envolvidos e ao agressor.



Procuradora da Mulher no Senado, Vanessa ressalta Lei Maria da Penha

## Saiba mais

### Para denunciar violência contra a mulher:

Ligue 180, disponível para todo o Brasil. A ligação é gratuita. Qualquer cidadão pode pedir orientação e reportar um caso.

### Casa da Mulher Brasileira – Espaço de atendimento a mulheres vítimas de violência e seus filhos:

Brasília, São Luís, Curitiba, Campo Grande e São Paulo. Está prevista para este semestre a abertura em Boa Vista e Fortaleza.

### Lei do Femicídio

<http://bit.ly/Lei13104>

### Relatório final da CPI Mista da Violência contra a Mulher (2012)

<http://bit.ly/RelatorioFinalCPI>

### Observatório da Mulher

<http://senado.leg.br/omv>

### Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – UFC e Instituto Maria da Penha (2016)

<http://bit.ly/pesquisaVDF>

### 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública

<http://bit.ly/AnuarioSeguranca2017>

### Aprofundando o Olhar sobre o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – Observatório da Mulher contra a Violência e DataSenado (2018)

<http://bit.ly/pesquisaOMV>

### Lei Maria da Penha

<http://bit.ly/Lei11340>